



O Ideário Patrimonial O идеарио

A Memória Colectiva em
Reflexão: Angola, Brasil,
Espanha, Marrocos e Portugal

UM ENSAIO SOBRE AS IDENTIDADES SOCIAIS DESPEDAÇADAS PELA MODERNIZAÇÃO NO BRASIL DOS SÉCULOS XIX E XX

Luiz Antonio Pacheco Queiroz

Estudante de doutoramento em Arqueologia no Departamento de Arqueologia da
Universidade Federal de Sergipe - UFS (Brasil)
Código Postal 40230-080, Salvador - Bahia (Brasil)
luizpachecoq@gmail.com

Willian Carboni Viana

Estudante de doutoramento em Geografia no Departamento de Geografia da
Faculdade de Letras da Universidade do Porto - UP (Portugal)
Código Postal 88845-000, Cocal do Sul - Santa Catarina (Brasil)
willian.arqueologia@gmail.com



Um Ensaio sobre as Identidades Sociais Despedaçadas pela Modernização no Brasil dos séculos XIX e XX

Luiz Antonio Pacheco Queiroz

Willian Carboni Viana

Historial do artigo:

Recebido a 21 de janeiro de 2019

Revisto a 30 de junho de 2019

Aceite a 07 de julho de 2019

RESUMO

No Brasil dos séculos XIX e XX a apropriação do patrimônio cultural e sua categorização dentro dos parâmetros de formação de uma nacionalidade, imposta pelas elites nacionais, estiveram atreladas aos desígnios da modernidade que fragmentaram identidades sociais. As circunstâncias que consolidaram a sustentação do quadro social criado, desde então, tiveram a teoria da modernização enquanto mediadora das novidades. Nas cidades mais populosas as reformas urbanas levaram ao deslocamento de pessoas, geralmente de classes sociais mais baixas, para outros locais, em especial por influência das aspirações do novo e melhor habitável com a destruição do antigo. Nesse período, as elites brasileiras exerceram o controle social com a regulamentação do uso do espaço social, sem considerar a escolha dos habitantes e frequentadores dos lugares que seriam transformados, posicionando os indivíduos nos espaços geográficos através das posses, o que configurou a paisagem de muitos centros urbanos. Não houve consulta ao povo para decidir a orientação do que era público e do que tornar privado, mas sim uma tomada de posse das instituições e da categorização das heranças culturais dentro das escolhas das elites nacionais que seguiram o ritmo dos movimentos das oligarquias internacionais. Dessa forma, no período de intensificação da modernidade no Brasil há imbricação do uso do patrimônio cultural com a estética forânea que invade e caracteriza a formação da paisagem urbana com feições europeizantes.

Palavras-chave: Paisagem, Modernização, Patrimônio Cultural do Brasil, identidade, lugar.

ABSTRACT

In Brazil of the 19th and 20th centuries the appropriation of cultural heritage and its categorization within the parameters of the formation of a nationality, imposed by the national elites, were tied to the designs of modernity that fragmented social identities. Circumstances that have solidified support of the social structure created since then had the theory of modernization as mediator of novelties. In the most populous cities the urban reforms led to the displacement of people, in the more populous cities, urban reforms have led to the displacement of people, generally from lower social classes, to other places, especially by



aspirations of the new and better habitable with the destruction of the old. In this period, Brazilian elites exercised social control with the regulation of the use of social space, without considering the choice of the inhabitants and habiters of places that would be transformed, positioning the individuals in the geographic spaces through the possessions, which configured the landscape of many urban centers. There was no consultation of the people to decide the orientation of what was public and what to make private, but rather a takeover of institutions and the categorization of cultural heritages within the choices of the national elites, that followed the rhythm of the movements of the international oligarchies. Thus, in the period of intensification of modernity in Brazil there is imbrication of the use of cultural heritage with the aesthetics that invades and characterizes the formation of the urban landscape with European features.

Key-words: Landscape, Modernization, Brazilian Cultural Heritage, identity, place.

1. Introdução

A formação cultural em determinado local consolida intimidades e estranhezas com diversos lugares. É algo que remete a situações de apego e distanciamento não apenas de bairros e cidades, mas também das recordações, conforme se pode analisar através do foco nas mudanças impostas pelo emprego da modernização no Brasil (dos séculos XIX e XX).

A paisagem, assimilada segundo seu caráter formador de identidades e direcionada por desígnios da emergência de poder (especialmente em centros urbanos) é aqui admitida como categoria de análise útil para a discussão da materialidade que a compõe. O patrimônio cultural, quando tomado como referência para a caracterização dos bens de um povo pode servir aos interesses de quem exerce o poder, mas é notória a possibilidade de ser utilizado para expressar a austeridade daqueles que manifestam sua resistência, quando seu modo de vida é respeitado enquanto aspecto presente da história de uma nação.

Nesses termos, o que se pretende neste ensaio é refletir sobre a fragmentação de identidades sociais relativas à apropriação do espaço social e das heranças culturais pelas elites brasileiras que, com estratégias de dominação, conseguiu implantar maneiras de viver aptas a garantir a execução e a manutenção de seus privilégios políticos e econômicos.

As táticas de controle do espaço público, cabíveis a uma perpetuação com o advento da modernidade, tiveram êxito durante a virada do século XIX para o XX e levaram à expulsão dos sujeitos sociais menos favorecidos economicamente. São mudanças que tornaram o espaço citadino restrito à fruição de eventos religiosos e práticas artesanais de ganhos diários, o que afetou a vidas das camadas de baixa renda da população.

Essas alterações repercutiram no desaparecimento de suas paisagens, em uma desestruturação que violentamente condicionou a prática de novas formas de se comportar para manter ativa sua visão de mundo.

As transgressões da vida nas cidades não foram, para os donos dos meios de produção, uma brutalidade, no tocante à expropriação que impuseram com o emprego da modernização. Mas, para aqueles que permanentemente sentiram-se expulsos, desapegados dos lugares e do tempo - que havia perdido o sentido com a modificação provocada pela urbanização, houve sim grave perda de austeridade.

A redução da diversidade da paisagem nos centros urbanos do Brasil imposta pela modernização

Os territórios das cidades que convinham aos grupos sociais dominantes exercerem soberania eram principalmente os centros urbanos, devido às eficazes possibilidades de lucratividade com os serviços públicos e a posse das decisões de aplicação dos recursos financeiros. O quadro estrutural que possibilitou a existência da reunião de tamanho poder é iniciado em meados do século XIX e se estabeleceu com a implantação das formas capitalistas de produção.

Com tal cenário instituído, foram conformadas vias de escoamento da produção agropecuária e o estabelecimento de meios de comunicação que contribuíram para conectar os sertões à linha costeira. Também diminuíram o tempo de deslocamento e a interação entre as pessoas.

Deu-se em tal estruturação capitalista do território um quadro econômico-social que manteve o favorecimento da concentração de riqueza entre as classes sociais dominantes e escravagistas. Assim, e de forma permanente, pelo menos até a década de 1930, convergiu o poder político e econômico na região sudeste, principalmente nas posses dos cafeicultores paulistas (Santos, 1993, p. 26).

A concentração populacional nas cidades, até meados do século XX, ainda não gerava a ausência de formas dignas de sobrevivência nas muitas gerações. Porém, outras mazelas sociais estavam consolidadas desde o século XIX e impunham restrições para o uso do espaço público. A extremamente incômoda inacessibilidade aos meios de produção para a maior parte dos habitantes da *urbe*, reforçada pelas concepções da modernização, levou à desestruturação dos modos de sentir, possuir ou pertencer a um grupo social ou a certo lugar.

As contradições da modernidade no centro urbano da Cidade do Salvador, no estado da Bahia, por exemplo, provocaram ao mesmo tempo a expulsão e a atração de tradições populares. As religiões afrodescentes e as manifestações populares que ocorriam nas ruas, como a capoeira, apesar de consideradas ilegais durante muito tempo, sempre estiveram presentes nesse território citadino (Oliveira, 1995-96, p. 189; Santos, 2009, p. 2; Gordenstein, 2016, p. 105-123).

É plausível afirmar que alguns contrassensos do projeto da modernidade, quando apreciados na análise das transformações dos espaços de uso social, mostram que identidades se esfacelaram diante dos discursos favoráveis aos ideais modernizadores.

Nessa perspectiva é possível identificar aspectos desastrosos dos processos identitários da maior parte da população. Uma maneira eficaz de se discutir essa problemática no Brasil é através da instauração dos processos de regionalização, difundidos pela abrangência da produção e do consumo ao modo capitalista, que teve de forma intensa a destruição de modos tradicionais de viver, com a propaganda de certos recursos populares preteridos e a deterioração de outros.

Neste sentido, a regionalização produziu a obsolescência de produtos com a chegada de materiais de uma sofisticação uniformizadora, e causou a redução da reprodução de ofícios tradicionais. Deriva disso a fragmentação de identidades sociais, o apagamento de memórias e a desestruturação das paisagens.

Nas cidades da Região Nordeste, inventadas, recortadas e manipuladas pelos desígnios acima aludidos houve distanciamento do tempo, diminuto, de comunicação e transporte, tão comum na porção sudeste e sul do país, dada a ausência da estrutura atingida. O relacionamento com a modernização, apesar de não se tornar tão aviltante, chegou por outros meios, como, por exemplo, com a literatura dos cordéis. É uma paisagem que situou as pessoas ainda até o final do século XX.

Um dos parâmetros é condizente com formas de dominação do modelo de modernização ao tornar inacessível a instrução do povo como um todo, por via da redução do acesso da população de baixa renda à educação. Com grande parte do povo iletrado e dependente das classes dirigentes, os instrumentos de dominação social se solidificaram (Canclini, 2011).

As elites brasileiras exerceram o controle social com a regulamentação do uso do espaço social, sem considerar a escolha dos habitantes e frequentadores dos lugares que seriam transformados. A alta sociedade praticou uma violência simbólica que posicionou os indivíduos no território através das posses e também obrigou o posicionamento de pessoas no espaço social de acordo com os padrões e critérios do discurso dominante.

A modificação do casario antigo, arruamentos, becos e vielas representou, para muitas pessoas, a desestruturação dos lugares utilizados nas atividades lúdicas, nas celebrações profanas e religiosas, na labuta pelos ganhos diários, dentre tantas manifestações cotidianas. Assim, o processo dito modernizador ocorrido no Brasil foi marcado pela peculiaridade do deslocamento de pessoas por influência das aspirações do novo e do melhor habitável, com a destruição do antigo.

Nos centros urbanos de várias cidades brasileiras, de meados do século XIX ao início do século XX, esse quadro é notório. O comércio de ambulantes, os rituais religiosos e a vida boêmia, por exemplo, foram impactados diretamente pelas rápidas mudanças. Os melhoramentos de vias trouxeram também tentativas de expulsão e/ou o adestramento das classes consideradas baixas.

As ações, para tanto, direcionadas pela sociedade letrada, ativa no debate da urbanização, higienização e teoria de branqueamento da população (eugenismo), propunham uma imagem de cidade caracterizada por um centro urbano exemplar, ou seja, frequentado pelas elites. A expropriação das pessoas que não eram bem-vindas, e sem direito a opinião, levou os lugares ocupados por diversos membros da sociedade a uma perda de identidade (e, posteriormente, a formação de outra).

A desestruturação criada pelos projetos progressistas de desenvolvimento urbano deu aos despossuídos o tom de desapego com o novo edificado, como um lugar vazio, com pouco sentido. Paisagens modernistas foram criadas, mas não absorvidas por todos. As transformações do espaço urbano, ao destruir vidas apagaram memórias e a possibilidade de experiências, além disso, formou novos ambientes com outras redes relacionais e com valores muito apropriados à sensibilidade de uma minoria contrária à ampla sociabilidade.

As regras ditadas pela economia mundial permaneceram decisivas para o que merece ou não ser preservado (Cardoso et al., 2017). Nesse contexto, persistiu no modo como as cidades foram transformadas, o evidente desrespeito à população local subalterna. Assim, as mudanças impulsionadas pela escolha da teoria da modernização fizeram com que a percepção da paisagem tivesse que lidar com as novidades, que em alguns casos apenas aparentavam trazer fluidez e arejamento.

O patrimônio cultural (des)valorizado no Brasil e a tentativa de saída para a democratização.

A tarefa de refletir sobre o patrimônio cultural passa pela análise de aspectos dos mais importantes da vida, a organização das ideias das coletividades, nominalmente elencadas como intrínsecas à sociedade moderna, porém ultrapassam os limites de caracterizações ocidentalizadas. Não refletem, igualmente, apenas modos de vida, mas conectam sujeitos ao passado e presente (Gonçalves, 2009, p. 26).

A constituição histórica do patrimônio cultural retira-lhe qualquer possibilidade de imutabilidade, de modo contrário, permite as mudanças que acompanham o pensamento tanto em momentos de rigidez quanto de abertura política. Dessa forma é possível discutir questões do cerne da identidade social das gerações, independente de manifestações condizentes aos aspectos financeiros (ressaltados por valorização monetária ou ligados a padrões de consumo).

No tocante às pessoas que são inseridas nas políticas públicas, voltadas à salvaguarda do patrimônio cultural, no Brasil há uma grande ausência da participação das classes populares nas tomadas de decisões sobre o que são e de como cuidar dos bens culturais. É inadequado caracterizar como minoria os que tentam falar e não se deixam calar, especialmente quando se trata de heranças coletivas.

Cabe reconhecer que sujeitos históricos lutaram pela ampla abrangência e valorização de bens dentro da noção de patrimônio cultural. Desde o período de grande contribuição de Mário de Andrade (Teixeira, 2008; Chuva, 2012, p. 154) surgiram esforços para disseminar uma ideia de patrimônio cultural inerente à diversidade de costumes e manifestações culturais, para além dos bens edificados e sem que tais expressividades populares estejam abaixo de uma hierarquia, cujo topo é representado pelo patrimônio relativo aos critérios do magnífico construído.

Um questionamento pertinente se fixa: como a situação de perda e de desestruturação cultural se instalou no Brasil? A resposta, evidentemente, não está numa invenção aleatória de falta de capacidade ou no desleixo das camadas populares em disseminar seus conhecimentos. Não está também nas atribuições da cultura como dinâmica, agregadora de novidades, ou que bem acolhe a permuta de antigos saberes e associações com novos conhecimentos. Nem tampouco é possível encontrar as razões para tal problema na conduta isolada, desgarrada das preocupações sociais realizadas pelas instituições públicas, desde o Império e até mesmo em sua intensificação na República.

É importante considerar, a partir da concepção da modernização, a existência de fatores decisivos para a reprodução dos bens patrimoniais - ou para a interrupção da transmissão dos saberes - que disseminaram novas formas de pertencimento e identificação social, de se comunicar e a criação de mercados regionais que agregaram as manifestações culturais. Nas artimanhas das elites internacionais, esses meios de manipulação da cultura foram apropriados, e coube-lhes manifestá-los com a política cultural e ideológica que facilitou o controle da economia mundial.

Os argumentos, pleno de significados para a dominação social, podem ser ditos de outra forma: a cultura é apropriada como o meio de equilíbrio em que se disseminam as heranças materiais e o uso do capital. Bem como para outras porções geopolíticas, na escala regional da América Latina, a gênese desse processo teve como base a acomodação das classes subalternas e hegemonia do poder social das elites nacionais, apoiada por organismos internacionais.

Em sua análise materialista, Néstor Canclini (1983, p. 34-35) indica que a apropriação da cultura foi decisiva para o predomínio das elites no direcionamento da vida social. No bojo desse processo se correlacionam estratégias de permissão dos modos de se expressar julgados sofisticados, de dar limitadas condições a certas manifestações da cultura popular e restringir o acesso a bens materiais e espaços sociais.

Na trama enredada até aqui estiveram presentes, a frente das decisões, os grupos sociais que atrelaram à exploração social ao controle do que (des) valorizar que tornou a ideia de patrimônio cultural comum aos seus ideais e distantes das camadas populares. Um processo, então, inscrito na longa duração, em curso no Brasil desde o século XIX com o apego à cultura europeia,

também relacionada à afirmação da identidade nacional, uma grande questão que dominou as manifestações dos movimentos que buscavam autonomia política (Pinheiro, 2017, p. 14).

Na relação da conduta de exploração social, com a transmissão dos conhecimentos e legados culturais, temos na concepção do patrimônio cultural a categorização das formas de reprodução dos modos de viver, consumir, fazer, saber, trocar e organizar as ideias. Com isso se passa ao estabelecimento de uma questão fundamental tratada neste texto: a desagregação do patrimônio cultural foi situada pelos meios de desarticulação da sociedade e influenciada por imposições da economia mundial. São fatores que levaram à definição do que manter, produzir e preservar como herança cultural (mesmo que definido por poucos, mas direcionado para todos).

O componente econômico básico da era da expansão do domínio oligárquico, materializada na mundialização do capital, também foi responsável pelo surgimento dos mercados regionais que induziram à alta competição entre as regiões deliberadas simbolicamente por propagandas inventadas de jeitos de ser e modos de consumir.

A profundidade disso está na dependência que as localidades e manifestações culturais passaram a ter com a internacionalização econômica desde o modernismo, a princípio, no século XIX, tímida devido aos custos altos do transporte de mercadorias e mais recentemente, após meados do século XX, acelerada com as múltiplas formas de monopólio do espaço e da localização (Harvey, 2005, p. 221-227; Harvey, 2008, p. 237-256).

Assim, a cultura se tornou mercadoria essencial da afirmação de identidades ao passar por condições de valorização, primeiro, estabelecida pelo Estado-nação e depois apropriada por empresas multinacionais. Com isso houve, então, *“o nascimento de um novo local que se identifica frequentemente, mas não exclusivamente, com o regional, e cuja lógica é a de cada um por si e de soluções particulares”* (Lacerda, 2002, p. 92).

Compete dizer que o domínio social, assumido pelas elites oligárquicas, motivou a criação de espaços sociais para a implantação de normas, a orientar, de certo modo, mercados consumidores, admitidos como o local da cultura (Bhabha, 2001, p. 198-207). Essa última expressão de Homi K. Bhabha foi incorporada ao propósito desenvolvido neste escrito, com destaque ao que esse teórico literário deu à multiplicidade de entendimentos da localização da cultura por meio dos alcances da nação moderna.

No fazer novo e melhor, e na extinção do velho ultrapassado, houve emprego de noções culturais avessas à cultura popular. Assim, com o apego aos conhecimentos vindos do exterior, as elites nacionais brasileiras criaram os meios para aplicar a dominação sustentada pela teoria da modernização, em uma ordem social baseada no *evolucionismo* - que considerava as classes subalternas inferiores e indignas de ter conhecimento.

A feição de tal concepção negou heranças, desestimulou a transmissão dos saberes e fazeres, o que levou à perda de memórias com as rápidas transformações das paisagens das cidades, tornando importantes os novos modos de agir e pensar. E junto aos estratagemas das classes dominantes, seguiram planejamentos nacionalistas que cercearam as camadas populares com imposições do que tornar mito, do que adorar e do que alçar à memória.

A opção por ressaltar os regramentos em curso nos séculos XIX e XX e impostos pelos grupos sociais que agregavam o poder político e econômico é eficaz por uma razão elementar: se tornou muito difundido, e hegemônico no território nacional, a associação do controle social com as estratégias entranhadas no direcionamento da cultura e obrigação da assimilação das

manifestações dos bens patrimoniais do gosto das elites. Face às possibilidades de controle social, estiveram concentradas as decisões de realizar modificações no espaço citadino e rural.

Na prática de elevar à categoria de patrimônio cultural o que lhes convinha, os donos do poder escolheram como tornar moderno o espaço urbano, ao pôr abaixo construções entendidas como antiquadas e contrárias ao progresso. Ao mesmo tempo, ergueram vias e conjuntos arquitetônicos à semelhança de edificações consideradas modernas e com certa tendência a características europeias.

No longo período de hegemonia do direcionamento dos ideais modernistas é inegável a preferência pelos bens considerados sofisticados devido ao seu enquadramento em aspectos pertinentes à modernidade. Associa-se também a esse quadro o desapego por técnicas, equipamentos e usos de materiais considerados rudimentares. Há uma clara associação da desestruturação das múltiplas identidades com a teoria da modernização empregada no Brasil nos séculos XIX e XX.

Um dos destaques é a tentativa de constituição de uma mono-identidade nacional, especialmente a partir da década de 1930. E aí estão as intrínsecas maneiras de planejar a reprodução de ideias a partir da criação de mercados culturais em conexão com os principais centros urbanos do país.

No período, acima referido, se estabeleceram importantes bases para a preservação do patrimônio cultural com o fomento de políticas públicas e o surgimento das primeiras universidades brasileiras (Chuva, 2012, p. 149). Essas são bases também para a consolidação das noções acerca do que é o patrimônio nacional. Intensificou-se a apropriação e reprodução da cultura como matéria de diversas áreas do conhecimento, direcionadas pelas camadas sociais dominantes, afeitas à adoração de obras de valor estético e excepcional comuns à matriz francesa (para visões da origem dessa concepção patrimonial ver Choay, 2001, p. 95-97; Funari e Pelegrini, 2006, p. 45).

Posteriormente às quatro décadas em que se solidificou o mercado de bens simbólicos no Brasil, as vias para o processo de internacionalização do capital tornaram-se eficazes e levaram ao frenético consumo material ordenado pelos ideais modernizantes (Ortiz, 2001, p. 113-115). Isso é francamente observado na obsolescência de saberes e fazeres em todo o território nacional, com a entrada de produtos considerados modernos pela alta sofisticação de seus materiais que permitem maior durabilidade e flexibilidade do uso.

Dois exemplos são interessantes para ilustrar a desapareição de técnicas e dos usos comuns de produtos tradicionais. Um deles é o caso do cimento que se popularizou na década de 1960 e gerou incrementos para recursos aglutinantes na construção civil, antes inesperado com o uso da cal que tinha longa trajetória de produção em fornos artesanais e um saber tradicional importante enquanto alternativa econômica para comunidades extrativistas, situadas em regiões com ricas jazidas para a exploração do calcário. Outro é a referência para os materiais feitos de polímeros que tornaram obsoletos os objetos cerâmicos, antes comuns da fabricação de ceramistas, mestras artesãs que abasteciam tantas cozinhas com suas peças utilitárias.

A evidente perda de ofícios inscritos na transmissão de conhecimentos de muitas gerações não foi percebida enquanto desapareição de imprescindíveis modos de saber, fazer e usar. Esse é um legado negativo do processo de desvalorização do patrimônio cultural, infrutífero para a compreensão de meios da vida social no extenso território brasileiro. Claramente, critérios de monumentalidade foram atuantes para escolher o que ser preservado e/ ou disseminado como herança cultural no Brasil.

A inclinação à proteção dos bens edificados seguiu esse direcionamento, como forma de agregar, ao patrimônio cultural brasileiro, elementos materiais de grande magnitude. Uma referência para tentar equiparar as construções históricas às categorias de monumentos nacionais preservados e aptos ao reconhecimento por outras nações.

Apesar da declarada inexistência da sobrevivência da cultura popular, as determinações materiais em acelerada implantação no século XX, mas já em curso desde o século XIX, não impediram a permanência dos modos tradicionais de fazer e usar, mesmo diante das modificações que sofreram e com a vinculação a outras relações de confecção e consumo.

Dentro da situação de hegemonia das escolhas do que patrimonializar é necessário considerar, para pensar sobre a visibilidade do patrimônio cultural no Brasil, as contradições do projeto da modernidade. Quando vistas da análise das transformações dos espaços sociais, torna-se evidente que as identidades sociais perderam força face às narrativas modernizadoras à época, em que a desestruturação social se tornou aviltante com o aumento da desigualdade social, apesar dos discursos de alcance de melhorias sociais (Canclini, 2011, p. 69).

Do mesmo modo, não se deve indicar que distanciar-se das particularidades da modernidade seria a solução para a abertura da apropriação do patrimônio cultural. Canclini (1994, p. 95) mostra que a ambiguidade dos processos de mudança relativos à modernidade é positiva, porque apesar de desagregador é ao mesmo tempo potencialmente eficaz para a reprodução da cultura (como aproveitar então as formas midiáticas de propagação da cultura?).

Em relação ao rompimento com os ideais exógenos da caracterização da cultura brasileira, se toma como referência o caráter histórico da noção de patrimônio cultural. No período da gênese das concepções preservacionistas das heranças culturais nacionais, direcionadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, naquele momento da década de 1930), é perceptível na idealização dos projetos de lei certa associação com o modernismo.

A base das concepções de salvaguarda incidiu na patrimonialização de elementos da identidade nacional, como meio de dar visibilidade a uma herança que se pretendia coletiva. Apesar de estimulador e inegavelmente abrangente a uma imensidão da população nacional, o anteprojeto do grande pensador daquele período e idealizador do texto base das leis de preservação do patrimônio, Mário de Andrade, não resultou em plena aplicação de suas ideias. E nele já existiam as características de inserir jeitos, costumes e hábitos comuns aos brasileiros.

Dessa forma, desde sempre, esteve presente na orientação dos bens a serem patrimonializados a imposição da noção de patrimônio cultural relacionada com a criação da identidade social brasileira, uma perspectiva que se manteve ao longo do século XX, porém tem sido ressignificado nas últimas décadas.

Assim, somente na década de 1980, a noção de patrimônio se torna abrangente entre os especialistas, essencialmente para a incorporação de realizações das camadas populares (Funari e Pelegrini, 2006, p. 36). Uma primeira missão, assumida por muitos críticos, foi à tentativa de esfacelar a noção de patrimônio cultural somente intrínseca aos bens materiais que, apesar das considerações inapropriadas, nunca estiveram isolados da imaterialidade sempre a eles inerentes.

A atenção unicamente voltada ao que é material é trabalhosa. Também a herança do longo período da negligência e desconsideração do estudo da materialidade pelas ciências humanas - à escala mundial - sempre esteve atrelada às situações cotidianas da relação entre as pessoas,

mas desacreditada da relação dos sujeitos sociais com as coisas (Gonçalves, 2005, p. 21; Miller, 2013).

A busca por uma (re)definição do patrimônio cultural é a medida de ganho de espaço político, efetivado com tomadas de decisão a nível internacional e baseada na ampliação dos elementos que figuram como herança do povo. Vincularam-se aí distintas experiências da modernidade (Gonçalves, 2009, p. 26), que propuseram beneficiar elementos da cultura popular como objetos do patrimônio nacional, porém sem o apoio de legislação - para proteção e preservação – o que não fortalece as bases para a reprodução da cultura (Canclini, 1994, p. 95-96).

Todavia, a tarefa de desconstruir a concepção de patrimônio cultural, e sua concomitante resinificação, contribuiu para a emergência da autonomia dos povos, principalmente ao dar razão à importância da diversidade de modos de pensar. Parte daí a reação contra a consideração da hierarquia entre grupos humanos segundo sua sofisticação material, principalmente bélica, mas também de realizações culturais a partir de critérios estéticos e excepcionais.

Como resultado, passou a existir grande visibilidade para o reconhecimento de apropriações culturais de quaisquer pessoas, em qualquer tempo e lugar. Por isso a disseminação, preservação e proteção de bens intangíveis tornaram-se uma abertura para as ações de patrimonializar heranças culturais antes desvalorizadas. Nesse sentido:

A iniciativa é bastante louvável, porque representa uma inovação e flexibilização nos usos da categoria *patrimônio*, particularmente no Brasil. Ela oferece, também, a oportunidade de aprofundar nossa reflexão sobre os significados que pode assumir essa categoria (Gonçalves, 2009, p. 28).

A desnecessária concentração na dicotomia do material e do imaterial, como dois segmentos distintos, ainda consome especialistas dedicados ao assunto. Debate que não contribui para acabar com as vias que tentam manter o fosso da separação da população do reconhecimento de sua identidade múltipla.

Apesar de não consideradas unânimes na influência da cultura nacional, dada à permanência das considerações das elites, as realizações imateriais têm recebido atenção de algumas políticas públicas e de escritos acadêmico-científicos, com base em caracterizações que as associa ao material intrínseco de sua produção (necessário conforme ambiguidade da noção de patrimônio cultural ressaltada por Gonçalves, 2005, p. 21). Em todo o caso, isso dá notoriedade à forma de se expressar - e essa é uma perspectiva que extrapola pertinências do modo de pensar da modernidade.

2. Considerações Finais

Na reflexão, aqui realizada sobre a desestruturação de identidades sociais e trajetória da visibilidade da herança cultural no Brasil, perceberam-se estratégias para manter o poder a partir da apropriação do espaço social e da categoria patrimônio cultural pelos grupos sociais que exerceram a dominação social durante o estabelecimento do estado moderno brasileiro.

Dentre os critérios de classificação, se observaram a patrimonialização de certos bens e a tentativa de apagar parte da memória, como estratégias inscritas no longo período de aprisionamento do patrimônio cultural dentro dos ideais das elites. A proteção direcionada aos aspectos culturais dos grupos sociais considerados letrados se tratou de um processo coeso de

táticas engendradas para enaltecer um conjunto de bens culturais que impede o acesso das camadas populares, por destacar noções sujeitas a uma educação que exige esforço intelectual em longo tempo.

Se o espaço e a paisagem se modificam, o lugar para uma pessoa ou para uma classe social também se transmuta. Então, ali se criam outras afinidades relacionais, brotam outros atributos, mesmo que se apague parte do que foi vivido no local.

Muitas vezes o caráter dinâmico se dá pela imposição das classes sociais dirigentes, capitaneadas pelo capital e pelo acesso ao poder. Com isso foram criados os meios que levaram a desaparecimento de ofícios tradicionais, desfiguração de lugares e extinção de hábitos seculares inerentes ao longo estabelecimento do estado moderno, parte dos artifícios de dominação social que marcaram a concepção de patrimônio cultural no Brasil.

Evidentemente, a trajetória das ideias das oligarquias internacionais no século XIX e XX foi decisiva para a história do Brasil. No estabelecimento de permanentes bases do nascimento político, o Brasil experimentou iniciativas excludentes que influenciaram diretamente as formas espaciais, especialmente nas antigas e grandes cidades. O que hoje implica no olhar e no reconhecer-se, naquilo que a vista alcança.

BIBLIOGRAFIA

- Bhabha, Homi K. (2001). *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1ª reimpressão.
- Cardoso, Diogo da S.; Cura, Sara; Viana, Willian C.; Queiroz, Luiz Antonio P.; Costa, Maria Clara (2017). Espacialidades e ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*. nº. 11, p. 83-98.
- Canclini, Néstor G. (1983). *As Culturas Populares no Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Canclini, Néstor G. (1994). O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº. 23, p. 95-115.
- Canclini, Néstor G. (2011). *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP.
- Choay, Fraçoise (2001). *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP.
- Chuva, Márcia (2012). Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN*. Rio de Janeiro, n. 34, p. 147-165.
- Funari, Pedro Paulo e Pelegrini, Sandra de Cássia A. (2006). *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gonçalves, José Reginaldo S. (2005). Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Revista Horizontes Antropológicos*. ano 11, n. 23, p. 15-36.
- Gonçalves (2009). O patrimônio como categoria de pensamento. Abreu, Regina; Chagas, Mário. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 25-33.

Gordenstein, Samuel L. (2016). Planting Axé in the city: urban terreiros and the growth of candomblé in late nineteenth-century Salvador, Bahia, Brazil. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*. vol. 5, n. 2, p. 71-101.

Harvey, David (2005). *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume.

Harvey, David (2008). *Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.

Lacerda, Norma (2002). Globalização e identidades locais. Jokiletho, Jukka. *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: Editora Universitária da UFPE, p. 91-98.

Miller, Daniel (2013). *Trecos, Troços e Coisas: Estudos antropológicos sobre cultura material*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Oliveira, Maria Inês C. (1995/96). Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. *Revista da USP*. São Paulo: Povo Negro, 28, p. 174-193.

Ortiz, Renato (2001). *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Pinheiro, Maria Lucia B. (2017). Trajetória das ideias preservacionistas no Brasil: As décadas de 1920 e 1930. *Brasília: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 35, p. 13-31.

Santos, Jocélio T. (2009). Geografia religiosa afro-baiana do século XIX. *Revista Veracidade*. ano IV, nº. 5.

Santos, Milton (1993). *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec.

Teixeira, Claudia e Adriana R. (2008). *A educação patrimonial no ensino da história*. Rio Grande: Revista Biblos, 22 (1), p. 199-211.